

ANEXO XIII

PLANO DE TRABALHO – 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Organização da Sociedade Civil: EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA – ESQUADRÃO DA VIDA

CNPJ 44.458.040/0005-80

Endereço Completo: Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla nº 13-50 – Vila Universitária – Bauru/SP – CEP 17012-191

E-mail: esquadraobauru@gmail.com

Telefone: (14) 3227-8666

Site: www.esquadraodavida.com.br

Rede de Proteção Social: Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serviço: Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias

Exercício: 2025

Nome do Responsável pela OSC: André Boicenco Neto – Presidente

Eugênia Maria Sellmann Chaves – Coordenadora

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O Plano de Trabalho elaborado pela Equipe Cristo Verdade Que Liberta – Esquadrão da Vida apresenta o planejamento das ações que serão desenvolvidas no decorrer de 2025, objetivando acolher de forma qualificada e personalizada a pessoa ou grupo familiar em situação de rua, promovendo a construção conjunta do processo de saída das ruas, com dignidade e respeito à vontade e nível de autonomia de cada acolhido, garantindo a oferta de atendimento integral com condições de estadia, convívio, endereço de referência, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2004).

A missão do Esquadrão da Vida é oferecer atendimento integral que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência para indivíduos ou grupo familiar em situação de rua e promover a construção conjunta de seu processo de saída das ruas, por meio de ações desenvolvidas em parceria com o poder público.

A Equipe Cristo Verdade Que Liberta – Esquadrão da Vida é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos fundada em 02 de agosto de 1972, que atende adolescentes, jovens e adultos, de ambos os sexos com a finalidade de:

- I. Acolhimento institucional
- II. Serviço de atenção em regime residencial
- III. Promoção da Reinserção familiar e social do dependente de substâncias psicoativas
- IV. Grupo de Apoio a dependentes de substâncias psicoativas
- V. Grupo de Apoio a familiares de dependentes de substâncias psicoativas
- VI. Qualificação profissional
- VII. Inserção no mercado de trabalho

VIII. Enfrentamento da pobreza e na assistência à família

IX. Promoção de cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento

X. Atividades de preservação da natureza e do meio ambiente

XI. Atividades de Pesquisa

XII. Prevenção ao uso indevido de drogas.

Parágrafo Único – Os serviços podem ser desenvolvidos gradualmente, de acordo com as possibilidades da organização, sendo que cada serviço poderá ser realizado de forma independente.

Desde 2012, a organização vem prestando esse serviço com meta para 30 acolhidos, e desde fevereiro de 2020 o serviço instalou-se no atual endereço, por possuir estrutura física mais apropriada e com acessibilidade para atender os acolhidos de forma segura e com total privacidade. As instalações físicas são adequadas, de modo a favorecer a privacidade de pessoas do mesmo sexo, para moradia temporária, com condições de repouso e convívio, com local adequado para guarda de pertences, alimentação, banho, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas.

Os recursos humanos suficientes para atender a demanda e necessário para o bom funcionamento do serviço, é formado por coordenadora, assistente social, psicóloga, cuidadores, cozinheira e motorista.

A despeito das dificuldades temos conseguido mobilizar recursos capaz de criar condições materiais, financeiras e de trabalho suficientes para a viabilidade do projeto político-institucional da organização. As parcerias com os órgãos públicos, Fundação Cerqueira Leite; Mesa Brasil/SESC; Supermercado Confiança; doadores jurídicos e físicos têm garantido o desenvolvimento do serviço e a manutenção da organização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE

Dentre tantas expressões da questão social surgidas no Brasil ao longo dos anos, uma merece especial atenção pela sua magnitude: o número crescente de pessoas que são excluídas das estruturas convencionais da sociedade. A população em situação de rua é um fenômeno complexo que, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada entre outras.

A pobreza não é exclusivamente um fenômeno de natureza econômica. Ela tem dimensões culturais, de sociabilidade, ligadas ao lazer, à saúde, à funcionalidade familiar, mas não se pode afastar de cena a sua elementariedade econômica, a despeito de sabermos que o crescimento econômico não significa imediatamente a redução de pobreza.

A população em situação de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas com diferentes realidades, mas que tem em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e a não referência de habitação convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

De acordo com a pesquisa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), publicada em agosto de 2023, População em Situação de Rua - diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal, a população em situação de rua (PSR) tem aumentado significativamente no país. Em 2022, havia 236.400

peessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, ou seja, 1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua. Quanto à distribuição no território, 3.354 dos municípios brasileiros tinham pelo menos uma pessoa em situação de rua cadastrada em dezembro 2022, o que corresponde a 64% do total de municípios do país e 62% da PSR cadastrada do país está na Região Sudeste. Entre os estados, São Paulo concentra a maior população, com 95.195 pessoas (40% do total), sendo a maior parte na capital (53.853).

O perfil das pessoas em situação de rua cadastradas no país é majoritariamente do sexo masculino (87%), adultas (55% têm entre 30 e 49 anos) e negras (68%, sendo 51% pardas e 17% pretas). Chama a atenção o percentual de pessoas em situação de rua com deficiência (15%), sendo a deficiência física a mais frequente. Em relação à nacionalidade, cerca de 4% das PSR no país são migrantes internacionais (9.686 pessoas). Do total, 43% são venezuelanos, 23% são angolanos e 11% afegãos. A maioria das PSR sabe ler e escrever (90%) e já teve emprego com carteira assinada (68%). A principal forma mencionada para ganhar dinheiro foi no trabalho como catador (17%).

Os principais motivos apontados para a situação de rua foram os problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%) e do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%). Quando perguntadas sobre locais para dormir, 55% informaram que dormem na rua, chegando a 70% na região Norte. No Sudeste, encontra-se a mais expressiva proporção de pessoas que dormem em albergues (41%). A maior parte das pessoas em situação de rua não vive com suas famílias na rua (92%) e nunca ou quase nunca tem contato com parentes fora da condição de rua (61%).

Nos 6 meses anteriores ao cadastramento, 52% das pessoas informaram terem sido atendidas em Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop). Considerando o atendimento em outros serviços de assistência social no país, 19% das pessoas em situação de rua informaram terem sido atendidas por Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 24% por Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 33% por outras instituições governamentais e 7% por instituições não governamentais, e 12% informaram não terem sido atendidos em nenhum local no período.

Na saúde, entre dezembro de 2015 e dezembro de 2022, houve um incremento de 82% no número de Equipes de Consultórios na Rua - ECR, passando de 142 para 259 equipes, distribuídas em 145 municípios (menos de 5% do total de municípios com pessoas em situação de rua no país e 46% dos municípios com mais de 100.000 habitantes).

Entre 2015 e 2022, 2% do total de situações de violência notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, tiveram como motivação principal a condição de situação de rua da vítima (48.608 notificações), o que representa uma média de 17 notificações por dia. Entre 2015 e 2022, houve um aumento de 5% das notificações no país, mas a distribuição entre as regiões revela diferenças significativas, como o incremento de 50% na região Nordeste e a redução de 27% na Sul. O ano de maior incremento no número total de notificações de violência no país foi de 2016 para 2017 (17%). Homens negros e jovens correspondem às principais vítimas desse tipo de violência. Pessoas pardas (55%) e pretas (14%) somam 69% das vítimas e a faixa etária mais atingida é de 20 a 29 anos (26%), seguida dos 30 a 39 anos (25%).

Bauru é uma cidade de grande porte, com população estimada de 391.740 pessoas, em 2024, de acordo com o IBGE, e de acordo com Ranking de Competitividade dos Municípios (Fonte: <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/sp/bauru>) ocupa o 63ª posição na colocação geral no Brasil, a 62ª em acesso à educação, a 243ª em acesso à saúde, 54º em qualidade da saúde, 154ª em qualidade da educação, 73ª em população vulnerável, 35ª em sustentabilidade, 169ª em segurança, 150ª em saneamento e 212ª em meio ambiente. Está na 12ª posição no ranking entre os municípios com mais idosos e doentes crônicos do Brasil e 14º lugar de melhores lugares do Brasil para os idosos viverem e se aposentarem com qualidade de vida, conforme Instituto de Longevidade Mongeral Aegon e Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP).

Para o enfrentamento dessa expressão da questão social, o município de Bauru conta com a Rede de Atendimento Socioassistencial voltada à população em situação de rua, sendo o Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem um os serviços a integrar a rede e a diretoria da organização social civil observa a demanda existente no município para a execução do Serviço e se propõe a trabalhar garantindo os direitos preconizados em lei.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Serviço

Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias.

3.2 Usuário

Pessoas adultas do mesmo sexo ou famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito.

3.3 Objetivos

Geral

Acolher de forma qualificada e personalizada de modo a promover a construção conjunta com o acolhido do processo de saída das ruas, com dignidade e respeito à vontade e nível de autonomia.

Específicos

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

3.4 Meta de Atendimento

A meta de atendimento é de 30 acolhidos/dia

3.5 Período de funcionamento

O Serviço funciona de forma ininterrupta (24 horas), mantendo horários flexíveis de entrada e saída dos acolhidos na perspectiva de atender as demandas específicas de acordo com a necessidade de cada um.

3.6 Formas de Acesso

O usuário acessa o serviço através de encaminhamento emitido por:

- Agentes institucionais do Serviço Especializado em Abordagem Social.
- Equipe do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).
- Equipe do CREAS/PAEFI.
- Demais serviços socioassistenciais e de defesa de direitos.

3.7 Descrição e Operacionalização do Serviço

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 define diretrizes para a organização e implementação das ações de assistência social no Brasil, com o objetivo de oferecer proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a estrutura responsável pela organização e implementação da Política de Assistência Social. Ele articula serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos e organizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo a Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos a quem necessitar. Assim, a execução de todos os serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial deve estar fundamentada neste tripé e nas cinco seguranças garantidas pelo Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2012): acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento de autonomia; e apoio e auxílio.

A proteção social, entendida como as ações ofertadas por esta política, está organizada em dois níveis de proteção e por complexidade, atuando por meio da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica assegura o acesso às condições essenciais de proteção social, prevenindo situações socialmente mais graves. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade responsável pela gestão da proteção básica no território.

A Proteção Social Especial intervém quando há violações de direitos. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) coordenam e fortalecem a articulação dos serviços com outras políticas públicas e o sistema de garantia de direitos, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). A Proteção Social Especial é estruturada em dois níveis hierárquicos: Média e Alta Complexidade, diferenciando-se pela existência ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Ainda na Rede de Proteção Social Especial, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Este serviço visa assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, com o objetivo de fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares, promovendo a construção de novos projetos de vida.

O município de Bauru, alinhado às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturou a rede de proteção social de maneira territorializada. Esta organização visa atender de forma integrada e eficaz às demandas da população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de um conjunto de serviços, benefícios, programas e projetos, entre eles o Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias.

A especificidade do Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias está na oferta de atendimento integral de acolhimento imediato e emergencial, 24 horas, garantindo condições de estadia, convívio, endereço de referência, para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar em situação de rua e desabrigo por abandono, ausência de residência, pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. O atendimento em unidade institucional de passagem oferta, profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

O Serviço se caracteriza pela transitoriedade no atendimento, sendo a permanência aproximada do usuário por um período de 03 (três) meses. Este período não é fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de

desligamento do serviço. Esse processo deve ser construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito à vontade e nível de autonomia.

O Serviço visa o atendimento a grupos familiares, a jovens e adultos com vínculos familiares rompidos, ou até mesmo sem referência familiar, garantindo proteção integral aos indivíduos atendidos, com atendimento personalizado e em pequenos grupos pautado no respeito à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça /etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O Serviço, na garantia do direito, realiza plano de atendimento de forma qualificada e personalizada em conjunto com a pessoa em situação de rua buscando promover o processo de saída das ruas, pautado na vontade e nível de autonomia. Para tanto, faz a articulação com as unidades de referência dos CREAS, Centro POP e Serviço de Abordagem para maior efetividade no trabalho realizado em rede.

A estrutura da Casa de Passagem é acolhedora, de acordo com as normas da ABNT, para moradia temporária, com condições de repouso e convívio, ofertando local adequado para guarda de pertences, alimentação, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal e vestuário, quando necessário.

No Serviço a organização se dá de forma participativa a fim de garantir que o usuário possa sentir-se corresponsável por tarefas do cotidiano. Neste sentido, as equipes através de diálogos ou reuniões estabelecem escalas semanais de organização, limpeza e manutenção dos espaços.

A acolhida e escuta é realizada pela equipe técnica (assistente social e psicólogo), com vistas a conhecer a história da pessoa e ou família atendida e elaborar o plano de acompanhamento familiar. As ações estabelecidas no Plano são articuladas com a rede de serviços e órgãos que acompanham o usuário ou o grupo familiar, a fim de alcançarem, em menor tempo, resultados de caráter mais definitivo, visando à superação das situações apresentadas. Os horários de entrada e saída dos usuários são flexíveis, de acordo com a demanda e necessidade dos mesmos, mediante avaliação da equipe técnica do Serviço.

A articulação permanente com o Centro Pop é garantida para viabilizar o planejamento de todas as ações e o acompanhamento contínuo, com vistas ao desenvolvimento de ações proativas que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores de direitos que possam ter levado ao acolhimento, assim prevenindo as reincidências.

O presente Plano de Trabalho está fundamentado no Padrão Normativo da Rede de Proteção Especial de Alta Complexidade, que se fundamentou na Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que estabelece e regulamenta os princípios e ações adotados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em relação à execução dos serviços no âmbito do município, sejam estes executados pelo poder público ou através de parcerias, conforme as normativas que regulam a Política de Assistência Social.

3.8 Trabalho Social Essencial ao Serviço

As principais ações/atividades que constituem o trabalho social essencial ao serviço e que serão realizadas pela equipe da Casa de Passagem são:

- Plano de Trabalho da Unidade
- Plano de atendimento individual e ou familiar
- Acolhida/Recepção
- Escuta
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social
- Estudo social
- Cuidados pessoais
- Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade

- Orientações sociofamiliar
- Acesso à documentação pessoal
- Protocolos
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados
- Referência e contrarreferência
- Elaboração de relatórios
- Elaboração de prontuários
- Trabalho interdisciplinar
- Diagnóstico socioeconômico
- Informação, comunicação e defesa de direitos
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana
- Estímulo ao convívio familiar, grupal e social
- Mobilização para o exercício da cidadania
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais
- Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos
- Monitoramento e avaliação do serviço
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, a organização e o Sistema de Garantia de Direitos.

3.9 Seguranças afiançadas pelo SUAS

O serviço de Casa de Passagem tem a função de garantir as seguranças afiançadas pelo SUAS, proporcionando um ambiente acolhedor e seguro que respeita e valoriza os acolhidos, oferecendo suporte imediato e contínuo, promovendo a inclusão social, a dignidade e a proteção integral e incluem: acolhida, renda, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia, e apoio e auxílio.

Acolhida: provida por meio da oferta de acolhimento institucional. Inicia com a garantia de que a demanda do usuário será recebida com respeito, sigilo, com escuta qualificada, com acesso as informações pertinentes à sua demanda e aos direitos existentes, com registro dos dados em prontuários de acesso exclusivo aos profissionais envolvidos nos atendimentos e acompanhamentos dos usuários. Se efetiva também na forma de oferta de acolhimento institucional para as pessoas em situação de rua que enfrentam situações de vulnerabilidade social, necessitando de acolhimento institucional, de caráter temporário, com vistas a superação do fato que culminou no acolhimento e ao desenvolvimento da autonomia. Envolve o atendimento inicial e contínuo, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor, onde os acolhidos se sintam respeitados e valorizados. O ambiente oferece não apenas o suporte necessário para atender às necessidades imediatas, mas também promove um espaço de escuta ativa, apoio e encaminhamentos adequados. Além disso, o serviço garante a privacidade e a dignidade dos usuários, facilitando a construção de um ambiente acolhedor que valoriza a individualidade de cada acolhido.

Renda: O serviço encaminha os acolhidos para inscrição no Cadastro Único. Se efetiva por meio da oferta de benefícios financeiros e continuados para as pessoas que estão fora do sistema contributivo e que se encontram em situação de vulnerabilidade decorrentes do ciclo de vida, por incapacidade de vida independente, ou por exclusão ao mundo do trabalho impedidos temporariamente de subsidiar economicamente os mínimos sociais necessários para vida diária, como no caso do PBF e BPC. A Casa de Passagem proporciona oportunidades para busca de emprego, acesso a programas de capacitação profissional e outras

formas de geração de renda. Além disso, oferece suporte social e psicológico, ajudando os usuários a desenvolverem habilidades essenciais para a vida cotidiana e a reinserção na comunidade.

Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social: oferta de serviço de acolhimento garantindo oportunidades e ação profissional para a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento – familiares, comunitários e sociais, e o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade. Promove a integração e a convivência em ambiente seguro e saudável, prevenindo o isolamento social e fortalecendo a rede de suporte social. Se refere diretamente à dimensão relacional, o reconhecimento que a pessoa se constitui na relação com o outro, no coletivo, enquanto ser social. À medida que as pessoas se relacionam, torna-se possível a construção de identidade e fomenta o processo de escolhas e de autonomia, a medida em que experienciam outros elementos alheios aos seus. As pessoas se constituem a partir das diferenças, pois conviver com determinados grupos, que integram a mesma conjuntura, permite a prevenção de situações de riscos, perigos e incertezas que possam acarretar a realidade comum a este grupo, considerando a “dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, e devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio” (PNAS, 2004, p. 26). Conviver é um direito humano.

Desenvolvimento de Autonomia: Exige ações para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; para a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, e certeza de proteção social para as pessoas em situação de rua; e conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade nos laços sociais, para as pessoas sob contingências e vicissitudes. Inclui ações e programas que visam o desenvolvimento de habilidades para a vida, a capacitação profissional, a educação, permitindo que os acolhidos construam seus próprios caminhos de desenvolvimento, ou seja, à possibilidade de a pessoa realizar escolhas existenciais. A Casa de Passagem atua como um campo de proteção social,

proporcionando oportunidades para a saída das ruas, por exemplo: acesso a saúde, educação, documentação civil, habitação, emprego entre outros.

Apoio e Auxílio: O serviço de Casa de Passagem oferece acolhimento institucional, em caráter transitório, as pessoas em situação de rua quando sob riscos circunstanciais, de forma permanente e/ou intermitente, assegurando apoio integral aos acolhidos. Esse apoio inclui suporte social, psicológico e material. Além disso, o serviço encaminha os acolhidos para inscrição no Cadastro Único para terem acesso a programas e benefícios sociais.

Essas seguranças visam garantir que os acolhidos da Casa de Passagem tenham acesso a uma rede de proteção e apoio social, que assegure a dignidade, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, buscando acolher, proteger, apoiar, incluir, empoderar e autonomizar. Mas para que a proteção social seja alcançada e consolidada na vida dessas pessoas, a articulação entre todas as seguranças afiançadas no SUAS é elemento precípua para início do exercício da proteção, atrelada ainda à articulação com as demais políticas públicas.

Aquisições dos usuários

Segurança de Acolhida

- Acolhimento em condições de dignidade.
- Identidade, integridade e história de vida preservada.
- Acesso a espaços com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Acesso à alimentação adequada.
- Acesso à ambiência acolhedora e espaços reservados para a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

Segurança de Convívio Familiar ou Vivência Familiar, Comunitária e Social

- Acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos.
- Ter assegurado o convívio familiar e comunitário.

Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social

- Vivências pautadas pelo respeito a si próprio e os outros, fundamentados em princípios éticos de justiça e cidadania.
- Acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades.
- Acompanhamento que favoreça o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autossustentação e independência.
- Respeito aos direitos de opinião e decisão.
- Acesso à documentação civil.
- Informação e orientação sobre os serviços, direitos e como acessá-los.
- Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades.
- Desenvolvimento das capacidades para autocuidados, construção de projetos de vida e alcance da autonomia.
- Avaliar o serviço.

3.10 Descrição das atividades

As atividades a serem desenvolvidas têm a finalidade de desenvolver o protagonismo e a autonomia dos acolhidos na direção de materializar os projetos de vida. Essas atividades incluem capacitações, oficinas, palestras e ações de inclusão social que

incentivam a participação ativa dos usuários na re/construção de suas vidas. Além disso, proporcionar oportunidades para que os acolhidos possam desenvolver suas habilidades, superar desafios e construir um futuro além das ruas.

- Acolhida/Recepção/Escuta
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados
- Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais
- Articulação de parceria e captação de recursos
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos
- Atendimentos e acompanhamentos individuais e coletivos junto aos acolhidos e familiares
- Atividades de alcance da autonomia
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana
- Atividades em Datas Comemorativas
- Atividades Esportivas
- Atividades Externas, quando possível
- Atividades Lúdicas/Recreação
- Capacitação e Reciclagem
- Construção de projetos de vida
- Desenvolvimento das capacidades para autocuidados
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social
- Diagnóstico Socioeconômico

- Elaboração de prontuários
- Elaboração de relatórios
- Encaminhamento para obtenção de documentação pessoal
- Encaminhamentos e acompanhamentos aos serviços
- Estímulo ao convívio familiar, grupal e social
- Estudo de Casos
- Estudo Social
- Grupos de Planejamento e Avaliação junto a acolhidos e familiares
- Informação, comunicação e defesa de direitos
- Mobilização junto as famílias dos acolhidos
- Mobilização para o exercício da cidadania
- Monitoramento e avaliação do serviço
- Monitoramento SEBES
- Oferta de alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar)
- Oferta de banho/troca de roupa e pernoite
- Oficina Cultural
- Oficinas Grupais
- Organização das informações de cada acolhido atendido, na forma de prontuário individual
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre a organização e sobre o Sistema de Garantia de Direitos
- Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços

- Orientações sociofamiliares
- Participação em Fóruns, Congressos, Conferências, Campanhas
- Preparação e acompanhamento dos acolhidos e famílias, com vistas à reinserção familiar
- Protocolos
- Referência e contrarreferência
- Reunião Equipe Geral
- Reunião Equipe Técnica
- Seminários Temáticos
- Trabalho interdisciplinar
- Visitas Domiciliares
- Visitas no Serviço

As ações em relação ao Desenvolvimento Sustentável a organização tem como desafio a ampliação da usina fotovoltaica, implantada para contribuir na redução das despesas com serviços de energia, na maior eficiência na utilização de recursos naturais, além de oferecer vantagens significativas para o meio ambiente como redução da poluição e das taxas de carbono, pois não gera resíduos poluentes e gases causadores do efeito estufa.

Para os acolhidos serão oferecidas ações:

1. No âmbito ambiental

- Educação Ambiental: Realização de oficinas e campanhas educativas para promoção de práticas sustentáveis, como reciclagem de lixo (separação correta de lixo), redução do lixo e uso racional de recursos naturais – energia, água, consumo de papel, copos plásticos e outros materiais.
- Gestão de Resíduos: Separação e reciclagem de materiais, descarte correto de lixo.
- Conscientização Ambiental Individual: conscientização dos envolvidos no serviço que as ações de cada pessoa podem ter um impacto significativo no meio ambiente e na sustentabilidade do planeta.

2. No âmbito social

- Educação Sustentável. Busca formar cidadãos conscientes do impacto de suas ações no meio ambiente, na sociedade e na economia com objetivo de promover o entendimento sobre sustentabilidade, incentivando práticas responsáveis e éticas em todas as áreas da vida.
- Inclusão Social. Visa integrar pessoas acolhidas no serviço à sociedade, oferecendo oportunidades para superar barreiras econômicas, culturais ou de acesso a direitos básicos com objetivo de reduzir desigualdades sociais e garantir acesso igualitário a serviços e recursos. Para tanto, promoverá capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo para pessoas em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, imigrantes/refugiados, indígenas, pessoas com deficiência, ciganos; promover o acesso à educação, saúde e habitação; integrar em espaços de decisão. Além de apoio no restabelecimento de vínculos familiares e atenção às famílias disfuncionais, dentre outras ações.
- Promoção de Estilos de Vida Saudáveis, tais como: alimentação saudável e sustentável; incentivo a atividades físicas; desenvolvimento de rotina saudável.
- Promoção da saúde física e mental como pilares fundamentais garantindo que os acolhidos tenham acesso a cuidados de saúde, além de medidas preventivas e ações que promovam o bem-estar integral.

3.11 Envolvimento dos usuários e trabalhadores do SUAS

O envolvimento dos usuários e trabalhadores do SUAS é fundamental para a efetividade da política, ou seja, em direção a qualidade do serviço, tendo como foco central o usuário como sujeito da ação; na construção de processos interventivos que promovam protagonismo dos usuários, ou seja, contribuindo para a construção de sujeitos protagônicos; no fortalecimento da prática democrática e da cultura de direitos, exercitando a capacidade de leitura crítica da realidade sobre as origens das situações que geram vulnerabilidades e riscos e criação de espaços e estratégias para superação, colocando-os como sujeitos na concretização de direitos individuais e coletivos. Para isto, um caminho é a construção de vínculos entre a equipe e os usuários, ou seja, o envolvimento direto de seus atores principais: os usuários e os trabalhadores, pois a oferta do serviço possui um conteúdo altamente relacional. Este engajamento se dá por meio de processos participativos que valorizam a voz e a experiência dos usuários, promovendo a co-construção das soluções e a personalização do serviço.

Para os trabalhadores, o envolvimento inclui a capacitação continuada, a valorização profissional e o reconhecimento do trabalho em equipe, voltado para a construção do espaço e do direito, garantindo o acesso do usuário ao serviço, à garantia das aquisições a que tem direito e aos resultados e impactos da ação. Este engajamento mútuo fortalece a proteção social e assegura que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às necessidades reais dos usuários.

Adicionalmente, a participação ativa de ambos os grupos contribui para a transparência e a legitimidade das ações realizadas, bem como para a avaliação e o aprimoramento contínuo dos serviços prestados. A interação entre usuários e trabalhadores possibilita a troca de experiências e o fortalecimento dos vínculos comunitários, promovendo um ambiente de confiança, colaboração e comprometimento, gerando um senso de pertencimento.

A participação dos usuários vai além do papel de beneficiários do serviço, permitindo a construção de um serviço mais inclusivo e responsivo, onde as necessidades individuais são consideradas e atendidas de forma mais eficaz e o exercício da escuta e acolhida é fundamental para personalizar os atendimentos e também como oportunidade para fortalecer o relacionamento com a equipe, alinhadas com as expectativas e realidades dos diferentes acolhidos atendidos pelo serviço. Os acolhidos também serão incentivados a se envolver em espaços de controle social, onde podem contribuir com suas vivências e demandas, ajudando a moldar as políticas e serviços ofertados.

Portanto, existe um espaço pleno de possibilidades nessa construção. Para isso, é necessária uma equipe comprometida com o fortalecimento de valores éticos e políticos dos acolhidos e com a construção cotidiana e permanente de espaços democráticos no serviço para que continuemos avançando em direção à implementação de um serviço no qual o acolhido é sujeito protagonista central e que se sinta no direito de desejar a mudança e que consiga visualizar a concretude da proposta.

3.12 Parcerias

Certamente, não realizamos o trabalho sozinhos, mas um trabalho a muitas mãos e de forma colaborativa. No processo de garantia de direitos precisamos de rede, ou seja, torna-se indispensável a articulação entre o conjunto de políticas públicas, serviços, programas, projetos, benefícios que são acionados nesse processo.

A articulação potencializa a rede de proteção social, viabilizando o acesso efetivo dos acolhidos aos equipamentos e serviços da assistência social e de outras políticas públicas.

No Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias, nosso trabalho inicia com a acolhida e escuta e o diagnóstico social é realizado. No decorrer do trabalho, constituído de acompanhamento cotidiano, as demandas e

necessidades vão surgindo e com isso acionamos a rede. Por exemplo, é necessário contato com o Caritas e Poupatempo para acesso dos acolhidos à documentação; o contato com as escolas/CEEJA/CEJA a fim de garantirmos que o processo de escolarização possa ser retomado; contato com a rede de saúde para garantir o atendimento e a continuidade dele, facilitar o acesso a serviços e promover a integração das ações de cuidado entre diferentes setores; através do Projeto Gente que Faz contato com a Secretaria Municipal da Agricultura/Projeto Cemeia para garantir a inclusão das pessoas idosas, com deficiência e com doença mental na sociedade e se sentirem úteis e produtivos e contato com a Vila Vicentina para treinamento de habilidades; contato com o SEID/ APIECE para inclusão de pessoa idosa e com deficiência; contato com CRAS ou outro posto de atendimento para inscrição no CadÚnico; contato com o SENAR para participação em cursos e palestras; contato com as secretarias de assistência social para cadastramento de benefícios; contato o Ministério Público e a Defensoria para garantia de direitos; contato com as universidades para a realização de palestras, cursos e atividades pontuais; contato com a FOB/USP para triagem de tratamento dentário; contato com SESC para participação nas diversas atividades que promove nas áreas de educação, cultura, lazer, assistência e saúde; contato com o Centro POP, CREAS, Serviço de Abordagem Social para viabilizar o planejamento de todas as ações e o acompanhamento contínuo do serviço; contato com outros serviços, programas e projetos para encaminhamentos entre outros.

O serviço de acolhimento funciona de forma articulada com os demais serviços da rede socioassistencial local, possibilitando a inserção dos usuários nos demais serviços, programas, projetos, benefícios e ações que integram o SUAS, com vistas a favorecer a inserção comunitária e social dos usuários. A articulação é feita no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Sistema Único de Saúde – SUS, Sistema Educacional, além de outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Estamos nos referindo a uma gama de políticas públicas que precisamos acionar no nosso dia a dia, visando um trabalho articulado e realizado por diversos atores sociais. Para isso, é necessária uma verdadeira atuação interdisciplinar e que os atendimentos sejam realizados de forma humanizada, de maneira ética e comprometida com os usuários.

As parcerias são fundamentais também na captação de recursos para fortalecer a sustentabilidade financeira da organização e ampliar o impacto das ações. A parceria é de grande importância, pois promove a troca de conhecimento, acesso a recursos diversificados, alcance ampliado, fortalecimento de redes e sustentabilidade, essenciais para potencializar o impacto das iniciativas, garantindo que as ações sejam mais eficazes, abrangentes e duradouras. Por meio da colaboração entre diferentes atores, é possível inovar, compartilhar boas práticas e otimizar recursos, resultando em soluções mais eficientes e integradas para os desafios sociais, que são muitos.

Mas, na prática, captar recursos não é uma tarefa fácil. Requer planejamento estratégico, construção de relacionamentos sólidos, e a capacidade de demonstrar o impacto positivo das iniciativas da organização. Para garantir a sustentabilidade financeira de suas atividades, projetos e operações, assegurando recursos suficientes, a organização participará de chamamento público, solicitará emendas parlamentares e impositivas, doações de pessoas físicas e jurídicas, venda de produtos, organizará eventos, bazar/brechó, produção de materiais, contratos de prestação de serviços entre outros.

Infelizmente, não há incentivo fiscal para a população em situação de rua.

A organização tem se empenhado na captação de recursos para manutenção do serviço, mas para sobrevivência temos exercitado a dependência diária de Deus. Temos buscado trazer à memória o que pode dar esperança (Lam. 3:21). Esse versículo nos ensina que é possível ter um coração cheio de esperança mesmo em um cenário de dificuldades, pois se olharmos para o Senhor, que é misericordioso, bondoso e fiel haverá sempre possibilidades e realizações.

3.13 Impactos Sociais Esperados

IMPACTOS	INDICADORES	INSTRUMENTOS
Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários	➤ Número de visitas domiciliares nas famílias de origem. ➤ Grau de aproximação dos usuários com as famílias de origem. ➤ Índice de retorno ao convívio familiar. ➤ Índice de pessoas acolhidas pelo serviço que tiveram asseguradas as suas demandas. ➤ Índice de usuários encaminhados à rede socioassistencial e demais políticas públicas. ➤ Número de usuários participantes do Programa de Inclusão Produtiva / oficinas e grupos coletivos no centro POP / Acessuas, dentre outros. ➤ Índice de usuários que conseguem sua auto sustentação. ➤ Índice de pessoas que conseguiram a reorganização pessoal e social. ➤ Índice de usuários que conheçam as instâncias de denúncia e recurso nas situações de violação de direitos.	✓ Plano de acompanhamento Individual e/ou familiar ✓ Relatórios estatísticos, de atendimentos e de atividades ✓ Visita Domiciliares ✓ Observação ✓ Depoimentos ✓ Estudos de caso ✓ Ficha de avaliação
Construção de autonomia		
Redução da presença de pessoas em situação de rua e abandono		
Inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda		
Redução da violação de direitos, agravamentos e reincidência		
Indivíduos e famílias protegidos		
Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização		

3.14 Indicadores de Metas

INDICADORES	INSTRUMENTAIS
— Número de pessoas que acessaram o Serviço	✓ Encaminhamentos
— Índice de frequência dos usuários e famílias	✓ Lista Nominal dos usuários do Serviço
— Grau de satisfação dos usuários nas atividades propostas	✓ Protocolo de Contra Referência
— Grau de satisfação dos usuários quanto ao atendimento	✓ Relatórios
— Índice de permanência do usuário no Serviço	✓ Visitas in loco
	✓ Pesquisa de satisfação do usuário
	✓ Outros

4. CRONOGRAMA / PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
– Acolhida/Recepção	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação da rede de serviços socioassistenciais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação de parceria e captação de recursos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atendimento prioritário e emergencial à pessoa idosa em situação de rua	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades em datas comemorativas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades Esportivas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades Externas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades Lúdicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Capacitação e reciclagem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Construção de Projeto de Vida	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Cuidados Pessoais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Diagnóstico socioeconômico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
continua												

EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA

ESQUADRÃO DA VIDA

continuação												
ATIVIDADES	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
– Elaboração de prontuários	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Elaboração de relatórios	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Encaminhamentos para obtenção de documentação pessoal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Encaminhamentos e acompanhamentos aos serviços	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Escuta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Estímulo ao convívio familiar, grupal e social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Estudo social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Grupos de Planejamento e Avaliação junto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Informação, comunicação e defesa de direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Mobilização para o exercício da cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Monitoramento e avaliação do serviço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Oferta de alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Oferta de banho/troca de roupa e pernoite	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre a organização e sobre o Sistema de Garantia de Direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
continua												

continuação												
ATIVIDADES	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
– Orientações sócio familiares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Participação em Fóruns, Congressos, Conferências, Campanhas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Plano de atendimento individual e ou familiar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Plano de Trabalho da Unidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Protocolos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Referência e contra referência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Reunião Equipe Geral	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Reunião Equipe Técnica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Trabalho interdisciplinar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Visitas Domiciliares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Visitas no Serviço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Bauru, 12 de dezembro de 2024.

André Boicenco Neto
Presidente

Eugênia Maria Sellmann Chaves
Coordenadora